



História do Português Brasileiro

Ataliba T. de Castilho
(coordenador geral)

VOLUME IX

HISTÓRIA SOCIAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DA HISTÓRIA SOCIAL À HISTÓRIA LINGUÍSTICA

Dinah Callou
Tânia Lobo
(coordenadoras)



editora**contexto**



UFRJ



UEFS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
A DEMOGRAFIA HISTÓRICA E A MOBILIDADE SOCIOECONÔMICA E GEOGRÁFICA DO BRASIL	14
<i>Iraci del Nero da Costa</i>	
AS LÍNGUAS GERAIS BRASILEIRAS	34
<i>Wagner Argolo</i>	
O PORTUGUÊS BRASILEIRO, UMA LÍNGUA CRIOULA? CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA HIPÓTESE DE UM SUBSTRATO INDÍGENA	74
<i>Yonne Leite</i>	
INDÍCIOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS POVOS TAPUIAS NO CONTATO COM O PORTUGUÊS NOS SERTÕES BAIANOS SEISCENTISTAS	98
<i>Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Norma Lucia Fernandes de Almeida</i>	
PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL DAS LÍNGUAS AFRICANAS NO BRASIL	126
<i>Margarida Petter</i>	
OS CENÁRIOS SOCIOLINGÜÍSTICOS DO BRASIL COLONIAL	156
<i>Dante Lucchesi e Dinah Callou</i>	
AOS OLHOS DO SANTO OFÍCIO: DIFUSÃO SOCIAL DA ESCRITA NAS CAPITANIAS DA BAHIA, PERNAMBUCO, ITAMARACÁ E PARAÍBA EM FINAIS DE QUINHENTOS	182
<i>Tânia Lobo e Ana Sartori</i>	
ESCRITA (IN)SURGENTE NA BAHIA DE FINAIS DO SÉCULO XVIII: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO SOCIAL DA ESCRITA NO MOVIMENTO SEDICIOSO DA CONSPIRAÇÃO DOS ALAFAITES	228
<i>André Moreno</i>	

PANORAMA SOCIOLINGÜÍSTICO DO BRASIL NO SÉCULO XIX.....	258
<i>Dinah Callou e Dante Lucchesi</i>	
O SISTEMA EDUCACIONAL NO SEMIÁRIDO BAIANO OITOCENTISTA E NOTAS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO NO PERÍODO REPUBLICANO FEIRENSE E DA REGIÃO SISALEIRA.....	278
<i>Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, Norma Lucia Fernandes de Almeida e Huda da Silva Santiago</i>	
PARA UMA SÓCIO-HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO RIO DE JANEIRO: DEMOGRAFIA, ESCOLARIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA NORMA.....	322
<i>Dinah Callou, Juanito Avelar, Afranio Barbosa e Carolina Serra</i>	
PORTA, JANELA E ALPENDRE: O ENSINO ESCOLARIZADO E A CONSTITUIÇÃO DA NORMA NO BRASIL.....	396
<i>Emilio Pagotto e Dinah Callou</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	415
OS AUTORES.....	439

APRESENTAÇÃO

Dinah Callou
Tânia Lobo

*À memória de
Rosa Virginia Mattos e Silva,
Suzana Cardoso e
Yonne Leite,*

três linguistas que, direta ou indiretamente, contribuíram para este trabalho.

Ao iniciar a apresentação deste volume, queremos lembrar que a redundância do termo *sociolinguística* – por não se poder pensar numa atividade linguística que não seja social – apontada por Labov (1972) já estava implícita na afirmação de Fernão de Oliveira, em 1536, “*cada hum fala como quem é*” (*Gramática*, cap. 1. l. 8) e nas palavras de Silva Neto:

a língua [...] é um produto social, é uma atividade do espírito humano. Não é, assim, independente da vontade do homem [...]. Não está obrigada a prosseguir na sua trajetória, de acordo com leis determinadas, porque as línguas seguem o destino dos que as falam, são o que delas fazem as sociedades que as empregam. (1986: 18)

A partir dessa concepção, durante todos esses anos do projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), foram discutidas questões gerais relativas à história sociolinguística do português brasileiro, além de investigações sobre micro-histórias do português brasileiro em pontos específicos do país. Mattos e Silva (1998) propôs, de início, duas vertentes de investigação: (i) uma referente à reconstrução da articulação entre fatos demográficos e fatos linguísticos; (ii) outra referente à reconstrução da história da escolarização no Brasil, fundamental para compreender-se a polarização entre *norma(s) vernácula(s)* e *norma(s) culta(s)* do português brasileiro.

Para a realização dos objetivos apresentados em (i) e em (ii), previu-se a organização de um conjunto significativo de documentos, seriados tanto do ponto de vista estilístico quanto do ponto de vista cronológico. A seriação estilística proporcionaria a visão da variação sincrônica em momentos determináveis do passado, já que o objetivo seria a reconstrução histórica do *português popular* e do *português culto* do Brasil, e a seriação cronológica proporcionaria a visão

do processo da mudança linguística ao longo do tempo. Para a realização dos objetivos, previu-se a exploração de fontes indiretas, particularmente dos instrumentos gramático-filológicos, não descartando, contudo, a recuperação de avaliações dispersas em testemunhos históricos os mais inesperados.

Reúnem-se, neste volume, 12 textos ligados às questões referidas no primeiro parágrafo desta “Apresentação”, o primeiro deles da responsabilidade de um historiador e os 11 restantes de linguistas que vêm tentando contribuir para desvendar a sócio-história do português brasileiro. Alguns textos enfocam a questão demográfica, outros a das origens do português brasileiro, o panorama sociolinguístico nos últimos três séculos de nossa história e a questão da escrita e escolarização, no Brasil e em alguns pontos específicos do país.

No capítulo “A Demografia Histórica e a mobilidade socioeconômica e geográfica no Brasil”, Iraci del Nero da Costa apresenta um breve apanhado do desenvolvimento da Demografia Histórica no Brasil para o período 1970-1995, visando a evidenciar a ampla abrangência, em termos sociais, econômicos e geográficos, dos estudos efetuados por pesquisadores da aludida área. Pretende o autor demonstrar como se pode, valendo-se de dados empíricos colhidos em estudos da história demográfica, alcançar informações concernentes à vivência socioeconômica de nossas populações pretéritas, bem como identificar a dispersão pelo espaço geográfico de grupos populacionais e conhecer as condições defrontadas pelos recém-nascidos em face do comportamento econômico das localidades que os albergaram em sua infância.

No capítulo “As línguas gerais brasileiras”, Wagnêr Argolo apresenta uma visão panorâmica do percurso histórico de três línguas gerais brasileiras – a de São Paulo, a do sul da Bahia e a da Amazônia – no âmbito da história social-linguística do Brasil. Com relação às duas primeiras, ressaltam-se os seus processos semelhantes de formação em um contexto sócio-histórico sem *language shift*. Com relação à última, o nheengatu, ressalta-se o seu processo de formação em um contexto sócio-histórico com *language shift*, argumentando-se – numa conjugação com dados intralinguísticos, retirados das gramáticas de Anchieta (1595), de Figueira (1687 [1621]) e de Couto de Magalhães (1876) – a favor da hipótese de que seria uma língua crioula de base tupinambá. Por fim, após a referida exposição, propõe-se um conceito de língua geral – amplo no sentido e conciso nas palavras – que englobe tanto os contextos explorados neste capítulo quanto outros explorados alhures.

No capítulo “O português brasileiro, uma língua crioula? Considerações em torno da hipótese de um substrato indígena”, Yonne Leite levanta algumas questões relativas às origens do português do Brasil e discute a hipótese de

um substrato indígena com o objetivo de traçar os caminhos percorridos, a fim de chegar ao nosso aqui e agora linguístico, com base em aspectos fonéticos e morfossintáticos. A hipótese do contato com línguas africanas é vista como mais viável, já que, no caso das línguas indígenas, não há a comprovação de uso da nossa língua pelos índios, à época da formação do português brasileiro, exceto a comprovação histórica do uso do nheengatu, língua geral de base tupi, falada até hoje na Amazônia, no ambiente doméstico.

No capítulo “Indícios sobre a participação dos povos tapuias no contato com o português nos sertões baianos seiscentistas”, Zenaide Carneiro, Mariana Lacerda e Norma Lucia de Almeida apresentam uma pesquisa sobre a interação linguística entre populações em contato, em ambiente multilíngue nos antigos domínios tapuias no sertão da Bahia, no século XVII, com o objetivo de rastrear indícios do português falado como L2, em um momento que pode ser caracterizado como de gestação da vertente popular do português brasileiro. Na produção proveniente da administração portuguesa – a exemplo da ampla documentação encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), no Arquivo Romano da Companhia de Jesus e em arquivos brasileiros e estrangeiros –, encontram-se testemunhos diversos. Nesse estudo, o documento principal utilizado é a “Relação de uma missão no rio São Francisco”, de Martinho de Nantes (1979 [1906]), já disponível, digitalmente, na qual se acham alusões à interação linguística entre indígenas, brancos e mulatos, possivelmente bilíngues. O Baixo-Médio e Médio São Francisco, no chamado Sertão de Rodelas, é uma região que, nesse período, se torna especialmente interessante para esse fim, tendo em vista os inúmeros conflitos entre os colonos e os indígenas, gerando uma documentação diversa, do ponto de vista do avanço luso-brasileiro em seus múltiplos aspectos. A discussão parte de questões gerais sobre a população indígena na Bahia seiscentista, concentrando-se na análise do referido documento, com base no qual apresentamos, para o sertão da Bahia, século XVII, indícios compatíveis com um contexto que, de modo geral, pode ser tomado como aquele proposto para a fase anterior ao português popular, o chamado português geral brasileiro, nos termos de Mattos e Silva (2002).

No capítulo “Para uma história social das línguas africanas no Brasil”, Margarida Petter, com base em documentos disponíveis sobre o uso de línguas africanas nas diferentes regiões e momentos de nossa história, apresenta um quadro geral das línguas que os africanos trouxeram para o Brasil. A partir de dados sobre a difusão do português e de seu aprendizado pelos africanos e seus descendentes, retomam-se as hipóteses elaboradas pelos estudiosos sobre a participação das línguas africanas na constituição do português brasileiro e apresentam-se novas propostas explicativas desse contato linguístico.

No capítulo “Os cenários sociolinguísticos do Brasil colonial”, Dante Lucchesi e Dinah Callou traçam um panorama sociolinguístico do período colonial, destacando três cenários principais. No primeiro cenário, um pequeno número de colonizadores portugueses (em sua imensa maioria homens) entra em contato com grupos indígenas em alguns pontos da costa do Brasil, estabelecendo um elevado grau de mestiçagem, o que dá ensejo ao surgimento de sociedades mamelucas, nas quais é corrente o uso da língua geral indígena. O segundo cenário remete às sociedades de plantação do Nordeste, onde a população indígena local é dizimada e substituída pela importação em larga escala de escravos africanos. Nessas sociedades, o português convive com línguas francas africanas e eventuais variedades pidginizadas e crioulistadas de português, que tiveram uma existência efêmera e localizada. O terceiro cenário emerge com a descoberta das jazidas de ouro e pedras preciosas na região de Minas Gerais. Caracteriza-se por uma migração maciça de colonos portugueses, pelo largo incremento da importação de africanos e pela urbanização. Esse cenário marca o primeiro grande processo de difusão da língua portuguesa no Brasil. Para além dessa homogeneização linguística forçada, o período colonial também se caracteriza por uma profunda polarização sociolinguística de natureza diglósica, na qual à língua dos colonizadores portugueses se opõem as centenas de línguas africanas e indígenas, as profundamente alteradas variedades de português falado como segunda língua e as variedades nativizadas de português, a partir de modelos variáveis de segunda língua; sendo que todo esse mosaico linguístico é característico de cerca de dois terços da população de todo o período do Brasil colonial.

No capítulo “Aos olhos do Santo Ofício: difusão social da escrita nas capitânicas da Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em finais de quinhentos”, Tânia Lobo e Ana Sartori apresentam resultados parciais das pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto Leitura e Escrita aos Olhos da Inquisição, desenvolvido no âmbito do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), cujo objetivo final é traçar, a partir da análise das fontes documentais produzidas pelo Santo Ofício, um quadro aproximativo da distribuição social da leitura e da escrita no Império colonial português, considerando, portanto, o conjunto das áreas extraeuropeias atingidas pela Inquisição: Goa, onde um tribunal atuou de 1560 a 1774 e de 1778 a 1812, e ainda as Ilhas do Atlântico (Açores e Madeira em 1575-1576, 1591-1593, 1618-1619), Angola (1561-1562, 1589-1591, 1596-1598) e o Brasil (1591-1595; 1618-1620; 1627-1628 e 1763-1769), que não contaram com a instalação de tribunais, mas foram alvo da justiça itinerante, as chamadas *visitações*. Aqui se reúnem os resultados dos estudos feitos por Lobo e Oliveira (2012, 2013) e Sartori (2016) referentes às capitânicas da Bahia,

Pernambuco, Itamaracá e Paraíba no final do século XVI, a partir da análise de fontes inquisitoriais legadas pela primeira Visitação do Santo Ofício ao Estado do Brasil. Para a capitania da Bahia, recolheram-se as assinaturas do *Primeiro Livro das Confissões* (1591-1592), do *Primeiro Livro das Denúncias* (1591-1593) e do *Terceiro Livro das Denúncias* (1591-1593). Para as capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, recolheram-se as assinaturas do *Quarto Livro das Denúncias* (1593-1595), do *Terceiro Livro das Confissões* (1594-1495) e da segunda parte do *Terceiro Livro das Denúncias* (1594-1595). Cruzando a variável binária assinante *versus* não assinante com as variáveis sexo, naturalidade, etnia, condição religiosa e categoria sócio-ocupacional do depoente, esboçou-se um perfil sociológico dos alfabetizados/letrados nos primórdios da colonização, contexto marcadamente multilíngue e de quase ausência de instituições voltadas à alfabetização. Ao abarcar a questão da distribuição social da leitura e da escrita no período colonial, contempla-se uma das questões-chave para a compreensão da história social linguística do Brasil, a saber, a questão da dita “dualidade” ou “polarização” que teria marcado a constituição histórica das normas linguísticas do português brasileiro.

No capítulo “Escrita (in)surgente na Bahia de finais do século XVIII: uma análise da distribuição social da escrita no movimento sedicioso da conspiração dos alfaiates”, André Moreno, com base nos pressupostos teórico-metodológicos do campo da História Social da Cultura Escrita, uma forma específica da História Cultural, busca analisar a difusão social da escrita no Brasil em finais do período colonial, a partir do processo devassatório da Conspiração dos Alfaiates, ocorrido na Bahia no final do século XVIII. Sendo uma fonte de extrema relevância histórica, apresenta os variados perfis sociológicos dos envolvidos, direta e indiretamente, no movimento sedicioso, quando tais sujeitos depuseram perante os tabeliães responsáveis por esse processo investigativo. Relacionadas a tais testemunhos, as assinaturas, sejam autógrafas, idiográficas e/ou não alfabéticas, nos oferecem uma relevante informação da aquisição da escrita dos sujeitos processados e, mais amplamente – quando é considerado o conjunto dos dados coletados –, de sua distribuição social. Seu foco é demonstrar, a partir das variáveis *sexo*, *cor*, *estatuto social* e *categoria sócio-ocupacional*, como a escrita estava distribuída entre os envolvidos na referida sedição, com o objetivo de avaliar os perfis dos assinantes e dos não assinantes insurgentes nessa Conspiração.

No capítulo “Panorama sociolinguístico do Brasil no século XIX”, Dinah Callou e Dante Lucchesi procuram traçar um quadro geral da relação entre História Social e Linguística, tendo como pano de fundo o século XIX, época a